

O Preço do Voto e a Manutenção da Prosperidade

Uma breve contextualização e abordagem sócio-político-econômico-financeira

Mario Cezar Silva Serpa¹

A definição de democracia é, desde a Grécia Antiga na cidade-Estado de Atenas, como seus radicais significam: "demos" (povo) e "kratos" (poder), ou "governo do povo". Entretanto, a "democracia moderna" é multifacetada e se adapta não necessariamente a uma "democracia representativa", ou aos moldes de Abraham Lincoln como "a democracia é o governo do povo, pelo povo, para o povo", ou de Montesquieu, não. Muito pelo contrário, apresenta diferentes significados a depender da coloração ideológica (econômica, social e política) onde, por vezes, até as liberdades individual, de expressão e de direitos políticos são limitadas para adequar-se a seus "princípios". Para esta reflexão, resumidamente, abordaremos a Democracia Liberal – onde impera a não-intervenção do Estado –, e a Social-Democracia – com princípios de igualdade, liberdade e justiça social.

De toda sorte, embora não sejam as únicas soluções para se atingir objetivos teleológicos dos Estados, no regime democrático, a alternância de poder é condição necessária, mas não suficiente, para seu devido funcionamento no longo prazo. O ponto fundamental, contudo, é unir a "liberdade" com o "bem-estar social" e o crescimento econômico sustentável, com estabilidade política e governabilidade. Difícil em ambiente tão disfuncional... em regra, tem-se visto a quebra e a descontinuidade das políticas públicas, justamente pelo embate ideológico que as cercam porque, mesmo dentre as Democracias Liberal e Social, normas e valores as separam irremediavelmente.

Outra condição fundamental no regime democrático é a devida e exata definição das Instituições. A falta ou mesmo o equilíbrio instável das Instituições geram prejuízos e retrocessos enormes para a sociedade, afinal são um elemento essencial no balizamento e ordenamento da

estrutura social. Aqui também recai o "juízo de valor" para os Liberais e os Sociais-democratas, pois as Instituições têm relevância enorme para a economia, afora seus impactos políticos e jurídicos. Impor regras, limites e condutas não pode significar tolher iniciativas e liberdades individuais, mas sim promover terreno com incentivos corretos à promoção do crescimento, a liberdade de escolha e a geração de riqueza. Neste sentido, fomenta a produtividade e a *performance* econômica, melhorando alocação de recursos e afastando subsídios, privilégios e corrupção.

O orçamento público, por sua vez, serve como veículo de fomento à progressão social e econômica. Como instrumento central de planejamento, definindo fontes (receitas) e usos (despesas), deve mirar a eficiência alocativa dos recursos públicos, com transparência e controle (governança). Mesmo seguindo a CF/88 (instituiu a descentralização como princípio para assegurar a melhor prestação de serviços públicos), Liberais e Sociais-democratas divergem substancialmente neste quesito. Isso



Fonte: Internet. Pintura de Philipp Foltz, século XIX - Discurso do grego Péricles.

porque as definições das linhas de atuação (já disciplinadas para os entes da federação) e sobretudo as liberações de verbas, deveriam ser tanto mais "independentes" – para os Liberais – e mais "dependentes" para os Sociais-democratas, em relação ao governo central. Além da descentralização, a definição do que é prioritário ou não, também afasta as duas vertentes. Enquanto na social-democracia os orçamentos geralmente priorizam investimentos e gastos objetivando o bem-estar social – com políticas sociais, redução de desigualdades, meio ambiente, etc. –, para os liberais os orçamentos tendem a priorizar a redução do tamanho do governo, diminuição dos gastos públicos, cortes de impostos, desregulamentação e privatização de serviços públicos, sempre com foco na iniciativa privada e no livre mercado. O fato, entretanto, é que no mundo liberal a eficiência

¹ Mario Serpa é economista da Redwood Asset Management

econômica leva invariavelmente às conquistas do bem-estar social no longo prazo, mas não vice-versa – exemplos afloram em todo o planeta.

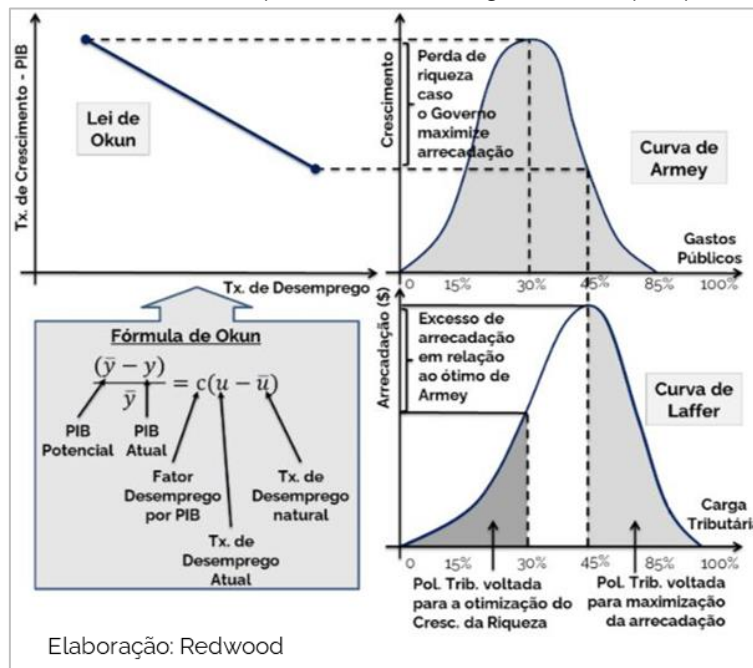
As políticas macroeconômicas – monetária, fiscal e cambial –, encerram o cerne das divergências e mesmo o destino do país. Propositalmente deixamos de lado a “cambial” pela premissa (forte) de estarmos em regime flutuante, e, portanto, se ajustando a eventuais desequilíbrios causados pelas políticas fiscal e/ou monetária. Importa registrar que ambas as políticas têm metas bastante claras: a monetária deve perseguir a estabilidade de preços, e a fiscal a solvência da dívida pública. Também mister a necessária interdependência da dimensão fiscal e monetária, pois até mesmo a coordenação dessas políticas não é consenso, seja empírica ou acadêmica. O problema, e na essência a divergência, está rigorosamente em como se chegar a cada uma das metas e lograr êxito na estabilidade de preços e bem-estar social, de forma evolutiva e permanente. De fato, não há resposta rápida e definitiva.

Assim, para o social-democrata o Estado deve ser o indutor de crescimento e, em regra, o faz via aumento dos gastos do governo, fomento ao consumo, etc.. Para que os gastos sejam financiados, exigem-se aumentos de tributos, que não é necessariamente uma atitude ruim, se tem a estrutura disfuncional de impostos, ou seja, o reequilíbrio da incidência de impostos pode ser uma boa medida, mas em regra a redução de impostos é benéfica (ver gráficos acima). O ponto é que os gastos, de modo geral, mesmo com reequilíbrio de impostos, pela perspectiva do social-democrata, sobem mais rapidamente que os impostos (que afeta negativamente os investimentos privados) e, embora possa expandir o produto no curto prazo (com alguma

defasagem), aumenta a dívida (cuja percepção e expectativa são imediatas). Com isso sobem os juros e caem os investimentos, que por sua vez, no médio e longo prazos, contrariamente ao esperado, reduzem a atividade econômica, o emprego, o bem-estar. Em síntese, o encadeamento do racional é “simples” assim.

Por outro lado, os liberais – nesse reequilíbrio tributário – ordinariamente, preferem reduzir os impostos indiretos (IPI, ICMS, etc) e, sendo possível, subir os diretos (IR) – ajustando-se ao princípio da progressividade. Ademais, o controle absoluto dos gastos (variável que de fato está ao alcance do executivo), é questão *sine qua non* para o bom funcionamento sob égide dessa perspectiva. Impera o Estado mínimo, e

confia-se, majoritariamente, nos investimentos privados. Trata-se de uma equação em que a política monetária não fica “a reboque” da fiscal, onde o controle da Dívida Pública precede e “fomenta” os investimentos dando credibilidade a solvência do país, reduzindo riscos, juros e impostos, criando ambiente pró emprego, a maximização da arrecadação tributária e o crescimento econômico sustentável.



Não precisa ser economista para alcançar o interesse dos sociais-democratas na defesa da “coordenação” das políticas monetárias e fiscais, das eternas críticas à independência do BACEN, etc.. Seriam duas autoridades independentes (fiscal e monetária), mas em decisão conjunta e cooperação total e, mais, acordo mútuo de seus movimentos e tomada de decisões... ou seria apenas uma autoridade (unificada)? Avançamos muito no nosso arcabouço institucional democrático, ou ao menos nas expectativas, para tamanho revés. O custo e o provável fracasso de renunciar ao pouco que conquistamos até hoje é simplesmente enorme. Entretanto, é incontestado o fato de que

¹ Mario Serpa é economista da Redwood Asset Management

existem visões absolutamente distintas de como se alcançar o “objetivo comum” (economia pujante, empregos, inflação baixa, etc., e aumentar o bem-estar) entre os liberais e os sociais-democratas. Não está pacificado, por exemplo, que a melhor política social seria começando por um país fiscalmente equilibrado.

A prosperidade acontecerá como consequência dos que acreditam e promovem a logicidade do acima apresentado, notadamente seguindo o regime adotado desde 1999. Regime este que contempla o câmbio flexível, metas de inflação e “superávit primário”... que claramente podem e devem ser melhorados no verdadeiro conceito de câmbio flutuante, metas de inflação “contínua”, e definições mais claras e exequíveis para o endividamento público. Contudo, preservada a avaliação de novas ideias e mesmo algum dissenso, jamais um cavalo-de-pau em algo que já se mostrou poder funcionar muito bem.

Assim, conquanto a liberdade de escolha deva ser preservada em um ambiente democrático, e, portanto, seguir as “novas pautas” de um novo governo (com ideologia e necessidades diferentes frente ao arcabouço e ferramentas disponíveis), tanto melhor seria a conscientização do

povo e a solidificação das instituições para tornar o país mais estável. É claro que essa alternância de poder agirá como processo pedagógico de aprendizagem e autodeterminação, mas sem o devido fortalecimento das instituições, respeito à CF, corremos o risco de quebras do processo democrático. Neste sentido, também não é muito difícil avaliar quem tem mais tendência a essa coordenação e planejamento central. Nessa linha de raciocínio, e não são poucos no atual governo que assim pensam e advogam, temos vários exemplos de países não-democráticos (sem alternância de poder) com

algum desenvolvimento e pouca liberdade: China, Rússia, Turquia, etc.. Seriam mesmo modelo para nós?

Por fim, mas não menos importante, para o mercado financeiro, a previsibilidade é um fator importante, mas ao mesmo tempo não tem a menor preocupação com o bem-estar da população (nem deveria). Contudo, as escolhas e implementações de políticas de governo são constantemente avaliadas e precificadas e, porque o mercado financeiro tem um papel fundamental no

desenvolvimento do país, afeta em curtíssimo espaço de tempo os destinos da nação. Nesse sentido, temos uma assimetria muito grande e potencialmente descontinuidade no progresso para o melhoramento da sociedade: de um lado um poderosíssimo “mecanismo” que reage e precifica políticas econômicas no curto prazo, e, do outro, uma população inteira que só pode reverter a situação de quatro em quatro anos – embora existam interrupções, sempre traumáticas, mas democráticas. Será uma ingenuidade muito grande imaginar um mercado financeiro robusto em meio a “receios de rupturas institucionais.”

Não se trata de homogeneizar o discurso, mas, de volta a Montesquieu, a característica da democracia está na

capacidade do indivíduo de tomar decisões por si mesmo consoante às leis e, na mesma linha, com Stuart Mill, na liberdade de cada um buscar o seu próprio bem e nesta coletividade, alcançar o maior bem-estar para todos. Este um caminho que refuta a “democracia republicana”, essencialmente crítica ao individualismo. Não parece impróprio sugerir que reavaliemos profundamente o passado e o presente para transformarmos o futuro.

Parece claro que o voto tem um valor incalculável.

